

## Introdução

# Cursos de vida, padronizações e desritmias

A presente publicação tem por objectivo a apresentação e discussão de uma parte dos dados de um inquérito sobre os *Tempos da Vida e as Percepções de Bem-Estar em 23 Países Europeus*.<sup>1</sup> O inquérito foi concebido no âmbito de uma rede de investigação dirigida ao estudo comparativo dos valores e atitudes sociais na Europa – o *European Social Survey* – tomando-se como instrumento de inquirição um questionário aplicado a amostras representativas das populações dos países participantes.<sup>2</sup> Os dados do inquérito que apresentamos neste volume – correspondendo ao módulo relativo aos *Tempos da Vida* – dão-nos ensejo de questionarmos os faseamentos do curso de vida e os tempos fortes de passagem de uma a outra fase de vida, em função de determinadas ocorrências ou experiências de vida (iniciação sexual, coabitação, casamento, primeiro trabalho remunerado, nascimento de um primeiro filho, reforma, etc.), para além da aferição da relevância que os inquiridos atribuem a esses marcadores de passagem.

Deste modo, a investigação dos *Tempos da Vida* procura confrontar as atitudes dos europeus em relação à organização do curso de vida e às estratégias mais valorizadas na sua planificação. Os indicadores do inquérito permitem-nos também avaliar as representações sociais que tomam o curso de vida como uma sequência estruturada de diferentes fases e transições de vida, bem assim como as normatividades sociais que as pa-

---

<sup>1</sup> O inquérito contemplou dois módulos de pesquisa: «Tempos da Vida» e «Percepções de Bem-Estar». Este último módulo será objecto de uma outra publicação já que neste livro nos concentramos nos «Tempos da Vida».

<sup>2</sup> As bases de dados dos inquéritos desta rede de investigação são de livre acesso em: [www.europeansocialsurvey.org](http://www.europeansocialsurvey.org). A primeira apresentação pública dos resultados deste inquérito ocorreu num Seminário realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 27 de Novembro de 2008.

dronizam ou sancionam. De facto, se às idades de vida estão associadas normatividades sociais é porque as sociedades as estabelecem, tanto no que respeita às sequências das várias fases de vida como aos marcadores de passagem entre elas (Kohli e Meyer 1986). Assim se compreende que ao longo da história, e em diferentes quadrantes sociais, sempre o curso de vida se tenha apresentado segmentado em fases distintas (Attias-Donfut 1991). Aliás, sabemos que às diferentes fases de vida se associam diferentes *gerações demográficas* (Nunes 1969: 75-93), reportadas a agregados estatísticos de indivíduos cujas idades se situam dentro de certos limites. O problema é o da definição desses limites, por não se confinarem a meras variáveis biológicas. E porque assim é, as ciências sociais – em particular a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia – têm dado crescente ênfase ao estudo das formas culturais que apontam para diferentes paradigmas de integração social ao longo do curso de vida, quando esta se toma numa perspectiva longitudinal.

De facto, desde o livro pioneiro de Margaret Mead, *Coming of Age in Samoa*, publicado em 1928, que as passagens da vida passaram a ser avaliadas por conjugação de variáveis biológicas com variáveis culturais e sociais. Também Eisenstadt, no seu conhecido estudo *From Generation to Generation*, publicado em 1964, constatava que as etapas de vida não são um facto universal e biologicamente determinado, uma vez que as suas definições culturais variam de sociedade para sociedade. Na verdade, as idades não são efeito de uma pura realidade biológica, elas constituem também um campo de luta simbólica. Por isso, os investimentos na imagem corporal e na própria longevidade legitimam a existência da idade como um capital simbólico que, não por acaso, conta com o assédio das indústrias cosméticas, farmacêuticas e biotecnológicas, para além do suporte das políticas públicas dirigidas ao bem-estar social.

As fases de vida não se assemelham a compartimentos isolados da morfologia social, como se fosse possível instituir o discreto no contínuo, ou vice-versa, a não ser por artifício conceptual. Dado que as categorias etárias correspondem a construções sociais, o significado das idades varia de acordo com os contextos históricos e sociais que configuram a definição dessas categorias. Pela mesma razão, há uma variabilidade histórica na determinação das fronteiras entre as várias fases de vida. O valor simbólico e referencial das gerações também tem mudado ao longo dos tempos. Nos meios aristocráticos do século XVIII, por exemplo, os jovens procuravam imitar os velhos nas suas atitudes ancilosadas, exibindo um ar permanentemente caduco – no andar e no sentir. Havia uma socialização dos jovens por antecipação da velhice. Essa socialização era visível

na exibição de cabeças de perucas esbranquiçadas encobrendo a essência primaveril de uma idade jovem – no esforço ou suposição de uns bens experimentados 60 anos. Hoje acontece o contrário: os mais velhos tudo fazem para parecerem novos (Featherstone e Hepworth 1991), dada a relação problemática com os sinais indesejáveis de velhice que por todos os meios se adiam ou camuflam (Breton 1992). Ou seja, a juventude passou a ser considerada uma *geração de referência*. Quando se deixa de ser jovem é quando mais se maximizam os capitais culturais da juventude, principalmente em termos de imagem corporal (Featherstone e Hepworth 1991). Como bem o reconhecia Lefebvre há algumas décadas (1980: 208), as sociedades modernas instituíram a «juvenildade» como modelo de referência, alastrando vagas de terror perante o temor de não se parecer jovem. Quer isto dizer que as identidades etárias se encontram sujeitas a processos de manipulação e dissimulação: os indivíduos desejam ser o que parecem ser e, desse modo, vão reconstruindo as suas identidades ao longo do curso de vida (Hockey e James 2003).

Independentemente de se ter constituído como «geração de referência», um dos traços que mais caracterizam a actual condição juvenil é a situação de impasse vivida por muitos jovens em relação ao futuro. Eles até poderão galgar as fronteiras simbólicas que separam a juventude da idade adulta. Contudo – porque as suas trajectórias de vida são cada vez mais indeterminadas – muitos deles não conseguem reunir condições de independência económica estável, assumindo um estatuto dúbio – o de «jovens adultos». Porém, os dados do inquérito realizado mostram-nos que os marcadores de passagem entre as várias fases de vida, continuam a ser socialmente valorizados. De facto, há uma aceitação social das normas etárias, nomeadamente no que se refere às idades consideradas mais apropriadas para a iniciação sexual (entre os 16 e 18 anos), o acasalamento e o nascimento do primeiro filho (entre os 20 e os 26 anos), a saída de casa dos pais (antes dos 30 anos), a fecundidade (até aos 45 anos) e a reforma (a partir dos 50 anos), embora os inquiridos atribuam desigual importância aos marcadores de passagem de uma a outra fase de vida. Por exemplo, nos países nórdicos da Europa, onde mais precocemente os jovens abandonam a casa dos pais, a *autonomia residencial* é o indicador considerado mais importante na passagem para a vida adulta. Ou seja, se as fronteiras entre as várias fases de vida se encontram sujeitas a uma crescente indeterminação – embora camuflada por algumas medidas estatísticas, como as médias das idades julgadas ideais para coabitar, casar, ter filhos ou abandonar a vida profissional – os marcadores de passagem entre as várias fases de vida continuam a ser valorizados.

Embora as trajetórias de vida sejam singulares elas inscrevem-se em regularidades. As fases de vida – e as representações que delas se têm – são uma clara expressão dessas regularidades. Dito de outro modo, se existem fases de vida é porque se encontram sujeitas a padronizações sociais, embora cada indivíduo possa viver singularmente o seu percurso de vida. É dessas padronizações que o presente volume pretende dar conta, muito embora se deva sublinhar que os arranjos de transição se alinham cada vez mais com estratégias de autonomização, na esteira das teses da individualização (Beck e Beck-Gernsheim 2002), cabendo aos indivíduos um papel mais activo na construção das suas biografias (Mortimer *et al.* 2006). Como quer que seja, as idades cronológicas, ao legitimarem o acesso dos indivíduos a direitos e deveres político-jurídicos, configuram-se como importantes marcos de passagem de uma a outra fase de vida. Também é provável que, de um ponto de vista formal, estejamos a assistir a uma relativa homogeneização de algumas transições, como acontece entre os jovens, por efeito das transformações ocorridas no campo educacional (Soto e León 2008: 31). De facto, a massificação da escolaridade produziu algum nivelamento das transições juvenis, pelo menos até ao ciclo final da escolaridade obrigatória.

Ainda que socialmente reconhecidos, os marcadores de passagem não instituem uma colagem dos indivíduos às idades e fases de vida por efeito desses marcadores (casamento, filhos, reforma do mercado de trabalho, etc.). Como atrás se sugeria, os indivíduos acabam por recorrer a manipulações de representação da idade através de investimentos corporais, cirurgias estéticas, vestuário ou consumos culturais. Por outro lado, estudos recentes sobre os ciclos de vida têm mostrado um claro esbatimento das fronteiras que separam as diferentes gerações, de tal modo que já é corrente o debate sociológico em torno de *gerações de fronteira* ou *gerações sanduíche*, como é o caso da dos já referidos *jovens adultos* (Pais 2001). Na verdade, em sociedades de outrora existiam ritos de passagem que demarcavam, de modo preciso, a transição dos jovens para a idade adulta. Em sociedades arcaicas, por exemplo, os ritos de circuncisão. Há umas décadas atrás, o casamento e a obtenção de um trabalho ainda constituíam momentos-chave para a aquisição do estatuto de adulto. E até o cumprimento do serviço militar – dizia-se – fazia de um rapaz um «homem». Hoje em dia, são bem mais fluidos os traços que delimitam as fronteiras entre as diferentes fases de vida. Em relação à chamada *terceira idade* – para além da qual já haverá uma quarta ou quinta, como acontece com as caixas de velocidade dos automóveis – muitos são os que continuam a exercer uma actividade profissional depois de se refor-

marem e não sabemos até que pronto as cirurgias plásticas ou algumas descobertas terapêuticas não provocarão um crescente retardamento do inevitável desfecho anunciado por Simone de Beauvoir em seu livro *Tous les Hommes sont Mortels*. Assistimos, por outro lado, a um prolongamento das fases de vida: hoje pode ser-se jovem aos 35 anos ou mais enquanto que, em contrapartida, uns 60 anos, bem conservados, não são necessariamente um atributo de velhice. Curiosamente, o inquérito realizado mostra-nos que quanta mais idade se tem mais se tende a pensar que é preciso ter mais idade para se ser considerado velho; ou seja, quanto mais velho se é mais se tende a fugir da velhice (em Portugal, os inquiridos com mais de 60 anos tendem a considerar velhos os de mais de 70; para os jovens, a média da idade normativa da velhice é de 67 anos).

O próprio facto de o conceito de *ciclo de vida* ter perdido terreno em relação ao de *curso de vida* sugere, por outro lado, que a repetição ritualista das etapas de vida que era característica da tradicional sucessão de gerações terá dado lugar a uma nova época onde cabe aos indivíduos um papel mais determinante na construção das suas trajectórias (Mortimer e Shanahan 2006). Ou seja, as experiências etárias não se encontram hoje em dia tão rigidamente determinadas. Porém, o facto de os indivíduos se assumirem, cada vez mais, como construtores de suas trajectórias não invalida que a padronização das etapas de vida e os marcadores de passagem de uma a outra fase de vida não continuem a dominar as atitudes e expectativas sociais em relação aos grupos etários (Morgan e Suzanne 2001), nem que as chamadas «escolhas biográficas» ou «biografias reflexivas» sejam feitas à revelia de constrangimentos sociais (Henderson, Holland e McGrellis 2007). O universo das escolhas encontra-se desigualmente distribuído e, para além disso, os indivíduos são frequentemente compelidos a fazer escolhas que não desejariam, desde logo na aparentemente incontroversa esfera do amor (Beck e Beck-Gernsheim 1995).

Tudo isto para dizer que a noção de *curso de vida* pode entender-se de um ponto de vista *geracional* ou *individual*. Neste último caso, a noção de espaço biográfico dá guarida às representações da subjectividade, frequentemente anunciadas por narratividades (discursivas) mas também instauradas por performatividades (trajectórias de vida). E, claro está, o posicionamento dos respondentes no curso de sua própria vida interfere na percepção das temporalidades da vida, como teremos ensejo de verificar ao longo dos capítulos que integram a presente publicação. O próprio escalonamento das opções de vida depende do particular posicionamento nas diferentes etapas do curso de vida. Vários estudos apontam para o facto de na adultícia os indivíduos se orientarem por uma «ética

da formiga», seguindo estratégias de prevenção em relação a um futuro olhado como ameaçador. Em contrapartida, embora muitos jovens olhem o o futuro com descrença – ou por via dessa mesma descrença – tendem a abraçar uma «ética da cigarra» que dá prioridade ao imediatismo e ao presente, frequentemente vivido com excessos. Trata-se de uma filosofia de vida orientada pelo lema «vive agora, paga depois», que ressalta naquela conhecida cançoneta do António Variações «Quando a cabeça não tem juízo... o corpo é que paga». No fundo, por efeito de diferentes posicionamentos no curso de vida, reagimos de modo diferente aos dilemas de vida, como o de saber se importará ter mais anos de vida ou mais vida nos anos. Ou seja, para muitos jovens o futuro é uma abstracção, uma temporalidade enorme por caminhar, um terreno fértil para a imaginação que leva a que o futuro possa ser recheado de fantasias. Projectar o futuro não é, para muitos jovens, um exercício de previsões, é antes um corolário de idealizações. Em contrapartida, os idosos viveram tempo bastante para perceber que a vida é curta. Para muitos deles o amanhã é encarado com sobriedade.

O inquérito cujos dados se apresentam neste volume dá-nos uma série de indicadores sobre a forma como os indivíduos orientam o seu curso de vida, em termos do seu planeamento. No quadro das «teorias da individualização», os planos de vida alimentam trajectórias de vida marcadas por escolhas autónomas – embora saibamos que múltiplos constrangimentos sociais podem brigar com as biografias planeadas, e disso se dão conta os nossos respondentes quando, por exemplo, vacilam no grau de confiança que depositam no Estado, nos outros ou nas instituições sociais. A este propósito teremos também oportunidade de ver como Portugal se situa em relação a outros países, no que respeita à confiança com que se encara o futuro, sendo para o efeito convocadas as teorias de *capital social* – simultaneamente consideradas a nível societal e individual.

Interessante poderá ser a discussão teórica no confronto dos processos de «individualização» ou de «modernização reflexiva» (Beck, Giddens e Lasch 1994) com os processos (tradicionais ou emergentes) de «institucionalização» que se ligam a *estruturas de oportunidade*, impulsionadas por políticas públicas ou tendências de mercado (por exemplo, o mercado de trabalho, o mercado habitacional, a oferta de creches, lares de idosos, etc.). Se a *institucionalização* tende para um enquadramento e uma standardização das trajectórias de vida, a *individualização* dá aos indivíduos, pelo menos no plano teórico, oportunidades de mapearem os seus cursos de vida, podendo daí derivar uma despadronização relativamente às idades consideradas ideias para se darem determinados passos de vida. Por

outro lado, em que medida as *escolhas biográficas* – que decorrem dos processos de *individualização* – se mostrarão mais ou menos permeáveis aos constrangimentos sociais de natureza económica ou ideológica? E em que medida é que as escolhas biográficas, tomadas como agregados comportamentais, na linha dos teóricos da «individualismo metodológico», não implicarão mudanças societais de dimensão macro-estrutural? Podemos avançar com um exemplo: a idade de nascimento do primeiro filho surge como um indicador relevante de avaliação prospectiva do crescimento populacional. No entanto, este não depende apenas dos filhos que se têm mas também de quando se têm. Uma vez que as populações tendem a crescer de acordo com uma determinada proporção de nascimentos por geração, quanto maior for a distância entre duas gerações menor será a velocidade de crescimento de uma dada população por ano. O retardamento da idade de casamento e do nascimento do primeiro filho acarreta, desta forma, uma tendência para o decréscimo populacional. Esta é a situação que vivemos na sociedade contemporânea europeia.

Façamos agora uma breve apresentação dos capítulos que integram a presente publicação. A Parte I (*Fases de vida, transições e marcadores de passagem*) compreende dois capítulos que abrem uma reflexão sobre as percepções das normas estruturadoras do curso de vida. No capítulo 1 (*Transições para a idade adulta*), Vítor Sérgio Ferreira e Cátia Nunes investigam em que medida as normas etárias para a chamada «idade adulta» merecem uma aceitação social. À prova de uma suposta consensualidade social encontram-se também tradicionais marcadores de passagem para a vida adulta como a primeira experiência de trabalho, a saída de casa dos pais, a primeira experiência conjugal, o casamento ou a paternidade (maternidade). Quando Portugal se vê ao espelho da Europa constatamos que embora o nosso país seja dos que regista uma maior percentagem de jovens (15 a 29 anos) que nunca teve qualquer experiência profissional (mais de metade dos inquiridos) é também aquele em que essa experiência ocorre mais precocemente para os que já a tiveram. Por outro lado, ao considerarem-se os vários marcadores de passagem para a vida adulta, os países nórdicos destacam-se pelo facto de os arcos temporais de transição serem mais alongados. Portugal não anda muito longe deste padrão (apenas não aderem tanto à coabitação conjugal), acabando assim por se distanciar dos países da Europa do Leste entre os quais há uma maior concomitância na ocorrência dos vários marcadores de passagem para a idade adulta. Ou seja, nestes países o primeiro passo para a idade adulta, normalmente a inserção profissional, vem logo acompanhado de outros



passos relativamente apressados: saída de casa dos pais, coabitação ou casamento e nascimento de filhos. Nos países nórdicos – mas também em Portugal e outros países – os mesmos passos são dados, mas muito mais demorados. Por outro lado, quando se avalia o valor simbólico dos marcadores de passagem para a vida adulta, constata-se que os portugueses são dos que mais valorizam a conjugalidade e o nascimento dos filhos como os principais marcos de passagem para a vida adulta.

O capítulo 2 (*Transições para a velhice*), desenvolvido por Sofia Aboim, Teresa Amor, Vítor Sérgio Ferreira e Cátia Nunes, mostra que ao questionarem-se as percepções sobre a velhice, e certamente por efeito de uma maior esperança de vida, perde terreno a associação da velhice à condição de avô (ou de avó). De facto, os principais marcadores de passagem para a velhice (deixada já de ser considerada a «terceira idade») são a dependência em relação a outras pessoas e a debilidade física. A longevidade de vida não impede, contudo, que, em termos médios, os europeus achem aceitável a reforma aos 50 anos, muito embora pensem que a idade ideal seja a dos 58 anos. Aliás, os europeus não consideram aceitável que se continue a trabalhar depois dos 60 anos com uma carga semanal de 20 ou mais horas. No entanto, uma coisa é o que se pensa no plano ideal, outra é o que ocorre na realidade. Veremos também em que medida o posicionamento dos inquiridos no curso de vida acabará por condicionar a valorização dos marcadores de entrada nesta fase de vida, as concepções sobre as idades da reforma e, finalmente, o papel do Estado ou a própria propensão à poupança, como garantia de uma velhice mais tranquila. Assim, por exemplo, não é por acaso que em todos os países sejam os mais novos dos inquiridos (15 a 29 anos) a tender para uma aproximação entre a idade da reforma e a entrada na velhice, muito embora sejam também os que propendem a idealizar idades de reforma mais precoces. Será que os mais idosos se inclinam a fugir da reforma como uma morte anunciada ou prolongam a vida activa por necessidades económicas? Mais uma vez, qual a grandeza da dissonância entre o ideal e o real? A este propósito, outro dado a reter é o que se refere ao tempo da vida que os inquiridos associam à chamada vida profissional. Considerando a diferença entre a idade mínima para a reforma e a idade mínima para sair da escola veremos qual o tempo mínimo de vida activa idealizado pelos europeus, do mesmo modo que contrastaremos diferentes padrões normativos em relação ao fim do ciclo da vida activa a partir dos alinhamentos por uma reforma mais tardia (como ocorre na Escandinávia) ou mais precoce (nos chamados países «pós-comunistas»), podendo já antecipar-se que os portugueses se situam numa posição intermédia. Numa situação em que a problemá-



tica do envelhecimento tem suscitado justificados anseios, questionamentos e problematizações (AV 2009), o capítulo termina abordando a percepção dos inquiridos sobre o modo como encaram a velhice e a adequação dos sistemas de protecção e segurança social, bem como a responsabilização dos próprios cidadãos para enfrentarem os desafios que os esperam na sua derradeira fase de vida. A atitude dos portugueses não parece augurar futuros desafogados, uma vez que são dos que mais responsabilizam o Estado – pese a sua discutível capacidade orçamental – como principal garante de apoio aos idosos, ao mesmo tempo que são dos que menos poupam pensando na velhice. Aliás, os futuros sombrios reflectem já a sombra do presente ao descobrir-se que quanto mais se poupa para a velhice maior satisfação se tem com a vida actual. Mas como os portugueses revelam dificuldades em poupar, será que a insatisfação no presente é já um prenúncio de um futuro insatisfeito? Uma coisa é certa, os portugueses são, de facto, dos que maior preocupação revelam com a insuficiência de rendimentos nos últimos anos de vida.

Avançaremos depois para a Parte II (*Cronologias e percursos da vida privada e profissional*) que abre com o capítulo 3 (*Cronologias da vida privada*) desenvolvido por Sofia Aboim. Nele examinam-se as atitudes perante as normas etárias (ideais e prescritivas) que comandam uma idealizada organização das fases da vida, bem como a sequência de encadeamento entre elas. Para além das convergências também se descobrem algumas divergências como acontece com as atitudes perante o experimentalismo sexual juvenil que pode ocorrer num tempo – longo ou moderado – de pré-conjugalidade ou no quadro de uma sexualidade conjugalista, como acontece em Portugal e na Europa do Leste. Também as transições para a vida conjugal e familiar se podem agrupar em distintos perfis normativos, consoante as suas matizes ora mais experimentalistas ou institucionalistas, ora mais precoces ou tardias. Entre outros achados, e na esteira da hipótese de uma dissonância entre as idades ideais e as reais em que se vivem marcos fortes do tempo da vida, Sofia Aboim assinala-nos diferenças significativas entre os cursos de vida de homens e mulheres no que respeita à conjugalidade e à família. Embora exista uma relativa convergência de género quando se analisam as idades ideais, na realidade as mulheres tendem a fazer transições conjugais mais cedo do que os homens. Por outro lado, a correlação entre idades ideais e reais é significativamente afectada pelo posicionamento dos inquiridos no curso de vida. Quanto mais jovem se é maior é a tendência para se elevar a fasquia das idades ideais das transições conjugais e familiares, seguramente por serem precisamente os jovens os que vivem ou expectavam um manifesto re-

tardamento do início da vida conjugal. Mesmo assim, o «ideal» tende a correr atrás do «real» com algum atraso. Para dar um exemplo, no caso português, a idade ideal para ter um filho ronda os 25 anos mas as estatísticas demográficas mostram que a idade média feminina ao nascimento do primeiro filho é bem superior (29 anos, em 2007). Ou seja, a estandardização normativa dos tempos da vida que emerge nesta como em outras áreas do inquérito, não arrasta um necessário decalque da idealização na realidade. Mais ainda, o inquérito não nos dá conta da possibilidade de as trajectórias de vida poderem colocar em causa a ideia de que a passagem por um determinado umbral se encontra dissociada de um retorno, de um ir e vir (trabalho/desemprego, casamento/divórcio, etc.), enfim, de contingências da vida que desestabilizam as padronizações ideais da mesma.

No capítulo 4 (*Conjugalidade e parentalidade*) Teresa Amor, Cátia Nunes e Rui Costa Lopes aprofundam a problemática da conjugalidade e parentalidade, começando por confrontar a atitude dos respondentes com aquela que julgam ser a atitude da maioria das pessoas em relação a opções de vida que um homem ou uma mulher pode tomar: não ter filhos; viver com um(a) parceiro(a) sem casar; com esse mesmo(a) parceiro(a) vir a ter um filho; ter um trabalho a tempo inteiro com filhos menores de 3 anos; avançar para o divórcio tendo filhos menores de 12 anos... O exercício conduz-nos a uma descoberta não displicente. Quando se vêem ao espelho da sociedade, os inquiridos assumem-se, genericamente, mais liberais. É um dado que acentua a tensão entre um ideal longínquo (catapultado a outros generalizados, subsumidos na representação da «sociedade») e o ideal próprio (o que cada inquirido pensa no contexto das suas circunstâncias). Uma outra linha divisória é aquela que opõe países mais tolerantes (norte da Europa) com aqueles que assumem posições mais tradicionalistas (Europa do Leste). Ocupando posições intermédias, os portugueses destacam-se, contudo, entre os que mais apoiam as uniões de facto, mesmo quando delas decorre o nascimento de filhos. O que se descobre ainda é que as atitudes mais normativas e padronizadas são suportadas por inquiridos com posicionamentos políticos mais conservadores e inserções religiosas mais consistentes. Por outro lado, ao explorar-se a interdependência das atitudes carriladas em valores sociais, descobre-se que quanto mais a relação conjugal se encontra ancorada ao exercício da parentalidade (maternidade) maior é o alinhamento pelas posições de normatividade conservadora, muito embora, como seria de esperar, esse alinhamento se encontre também sujeito a mapeamentos atitudinais que decorrem não somente de experiências individuais mas

também de inserções sociais. Por essa razão sobressai o contraste entre os países nórdicos e os do leste europeu – mais tolerantes os primeiros, mais conservadores os segundos.

No capítulo 5 (*Percursos da vida profissional*), Henrique Duarte e Diniz Lopes mostram como a satisfação e as motivações perante o trabalho se vão modificando não apenas em função das competências que se vão adquirindo ao longo do curso de vida mas também em estreita dependência com as articulações que se estabelecem entre inserções profissionais e outras vinculações sociais. Tomando como referencial empírico uma amostra circunscrita aos inquiridos com ocupação profissional, os autores concluem que as oportunidades de aprendizagem e as possibilidades de satisfação convergem com as motivações para a aprendizagem principalmente nas fases iniciais de carreira, embora a necessidade de aprendizagem sobressaia também nas funções mais qualificadas. Ou seja, os trabalhadores mais jovens e os que detêm funções mais qualificadas são os que apresentam maior motivação para a aprendizagem. Portugal faz parte do grupo de países onde mais frequentemente se expressam necessidades de aprendizagem. Contudo, essa predisposição pode também ser explicada pela baixa qualificação dos trabalhadores portugueses. Como quer que seja, e um pouco paradoxalmente, os trabalhadores portugueses distanciam-se dos que expressam uma reduzida percepção de auto-eficácia. Dessa atitude derivam sentimentos positivos acerca de si próprios, e também em relação ao seu futuro pessoal, não tanto em relação ao futuro colectivo. Por contraste, o optimismo em relação ao futuro é mais moderado em países com padrões de maior desenvolvimento económico. Porém, teremos ensejo de constatar que, entre os portugueses, a elevada percepção de auto-eficácia não se traduz no sentimento de que o seu valor é socialmente reconhecido. Ou seja, sentem-se eficazes mas parecem lamentar-se da falta de reconhecimento social, desconforto que também parece afectar os inquiridos da Europa do Leste, ao contrário do que acontece com os da Escandinávia. Finalmente, se em média os portugueses se consideram moderadamente satisfeitos com o seu trabalho, muito ganha a média com o contributo de satisfação que, com picos bem mais expressivos, se evidencia entre os quadros técnicos e as chefias. O capítulo acaba por apontar a possibilidade de o reconhecimento e a satisfação com o trabalho não dependerem das experiências de vida: uma carreira profissional consolidada facilitará uma melhor integração do trabalho com a família por efeito de uma menor ansiedade em relação às expectativas de progressão, o que se traduz numa maior satisfação com o estatuto profissional.

A Parte III do livro (*Atitudes perante a vida e relações sociais*) integra os dois derradeiros contributos. No capítulo 6 (*Ciclo de vida e atitudes perante a vida*), desenvolvido por Gil Nata e Isabel Menezes, distintos posicionamentos do curso de vida são considerados para se rastrear atitudes de vida a partir de quatro dimensões: a satisfação com a vida, a religiosidade, a sociabilidade e o envolvimento comunitário. Todas estas dimensões são ventiladas por variáveis do chamado «ciclo de vida»: a idade, o estado civil e a paternidade (e maternidade). O indicador da «satisfação de vida» é depois tomado como alavanca analítica do comportamento de outras variáveis de natureza societal (satisfação com a democracia e a economia, confiança interpessoal) e psicológica (empoderamento individual). Um dos dados surpreendentes é a posição de vanguarda que os portugueses ocupam no domínio da sociabilidade. Porém, atendendo a que o indicador considerado agrega não somente relacionamentos amiais mas também familiares, é de admitir que a sociabilidade dos portugueses tenha uma sólida raiz familialista. Ao cruzarem as várias dimensões em análise, os autores confrontam-nos depois com três Europas: uma Europa da satisfação com a vida, envolvida com a comunidade e moderadamente religiosa e sociável; uma Europa acentuadamente religiosa, moderadamente satisfeita com a vida e com fraca sociabilidade e envolvimento comunitário; e, finalmente, uma Europa da sociabilidade e medianamente religiosa, o mesmo se podendo dizer em relação ao envolvimento comunitário. É neste grupo que os portugueses se acolhem, para tanto jogando a favor a sua forte propensão à sociabilidade. Ao considerarem as variações ao longo da vida, veremos que a sociabilidade tende a diminuir com o avançar da idade, num movimento inverso ao da religiosidade; a satisfação com a vida tende a diminuir até à meia-idade estabilizando-se a partir daí, enquanto que o envolvimento comunitário ganha maior expressividade estatística nas faixas etárias intermédias. Achado sociológico bem na esteira das pioneiras investigações de Durkheim sobre o suicídio, é o que aponta para uma maior satisfação com a vida entre as pessoas solteiras e casadas, em comparação com as divorciadas e viúvas. Uma vez que a sociabilidade é mais expressiva entre os jovens, é de admitir que viúvos e divorciados mais idosos se sintam menos satisfeitos com a vida por efeito de uma mais débil integração social. Em contrapartida, e ao arrepio do ditado que sustenta que «o dinheiro não traz felicidade», o inquérito mostra que quanto mais elevados são os rendimentos maior é a satisfação com a vida.

Finalmente, no capítulo 7 (*Tempos e marcadores de vida e capital social*), Diniz Lopes e Henrique Duarte ensaiam uma análise sobre o contributo

dos ciclos e tempos de vida na formação de *capital social*, ao mesmo tempo que ponderam os efeitos da sua posse na percepção de confiança em relação ao futuro, na discriminação social e na percepção da eficácia política. Na avaliação do capital social centram-se em três dos seus componentes: confiança institucional, confiança interpessoal e inter-ajuda/associativismo. A análise enriquece-se quando, nos diferentes países, os diferentes componentes de capital social são analisados levando em linha de conta os efeitos do índice PIB sobre cada um deles. A descoberta, relevante, identifica os países com índice PIB superior como aqueles onde mais elevada é a média da confiança interpessoal, da confiança institucional e da propensão ao associativismo e à inter-ajuda, de onde acabam por resultar associações significativas entre estas três dimensões analíticas. Como Portugal faz parte do grupo de países com índice PIB mais baixo não admira que se encontre relativamente desapossado de capital social. A influência do PIB é corroborada por variáveis individuais que, tomadas como agregados, não são alheias à capacidade produtiva dos países. Assim, não espanta que sejam os inquiridos com níveis de escolaridade mais elevados e níveis de rendimentos mais avultados os que revelam maior confiança nas instituições do seu país. As inserções profissionais e familiares não são também estranhas à confiança depositada nas instituições. É entre os desempregados e os que se encontram em situação de ruptura conjugal que se registam os níveis mais baixos de confiança nas instituições. Uma hipótese de investigação levantada para futuros estudos é a que explora a possibilidade da coesão social depender dos factores que determinam a formação de capital social. Baixos níveis de capital social, como acontece em Portugal, fragilizam por outro lado, a confiança em relação ao futuro. Os jovens, contudo, por feito da sua maior escolarização, poderão constituir-se numa geração de mudança.

Feita a apresentação dos capítulos do livro, resta-nos um balanço final abrindo portas para eventuais futuros debates. Como foi dito, consta-se uma relativa padronização normativa no que respeita às idades médias e modais (mínimas, ideais ou máximas) de alguns importantes marcos da vida (abandono da escola, iniciação sexual, coabitação, casamento, filhos, primeiro emprego, reforma da vida activa, etc.). Mas do inquérito realizado não temos dados suficientes que nos permitam, em rigor, antecipar em que medida a realidade vivida estará ou não em não briga com a realidade normativa. Aliás, considerando os marcos tradicionais de transição para a vida adulta, as respostas modais relativamente às idades ideais de transição desses marcos acabam por traduzir algumas normatividades jurídicas (como acontece com a maioridade legal aos 18 anos) que, cer-

tamente, justificarão a consensualidade social que se regista em torno das idades normativas. No entanto, temos indícios de que em alguns tempos da vida a realidade vivida desafia a realidade normativa. É o que acontece quando cerca de 40% dos portugueses não assinala qualquer idade a partir da qual é pouco aceitável que um jovem continue a viver em casa dos pais (capítulo 3). É claro que sempre se pode admitir a hipótese de os jovens da Europa mediterrânica tenderem a prolongar a sua estadia em casa dos pais, no quadro de um certo «familiarismo» intergeracional, mas certamente que muitos deles poderiam sair de casa se tivessem condições económicas para tanto.

Como já se disse, e não é demais sublinhá-lo, o inquérito realizado aponta para uma relativa consistência das representações sociais em torno das idades normativas. O mesmo se pode dizer quanto à forma como as distintas fases de vida são concebidas e os distintos marcadores de passagem são sequenciados. Aliás, nem poderia ser de outro modo, no que respeita a algumas sequências. Ninguém se pode divorciar sem que antes se tenha casado e dificilmente uma mulher poderá ser mãe biológica sem ter tido relações sexuais. Ou seja, não parece estarmos perante uma desvalorização das idades ideais ou normativas que orientam o curso de vida (Elchardus e Smits 2006). No entanto, os cursos de vida reflectem idealizações de dois tipos: de um lado temos as que se inscrevem em padrões estandardizados de aceitação social; de outro lado, temos aquelas idealizações que reflectem projectos próprios, escolhas biográficas individualizadas, frequentemente decorrentes de contingências e oportunidades de vida. Há naturalmente uma tensão entre estes dois tipos de idealizações: enquanto que umas se inscrevem no plano societal onde a tradição marca presença; outras emergem de experiências de vida, os seja, situam-se num plano individual. Num caso, o curso de vida é puxado para a estandardização, noutra caso abrem-se múltiplos campos de possibilidade.

Embora as fases de vida, segundo os dados do inquérito, mereçam um reconhecimento social (e relativamente consensual) como *topografias ideais*, as trajetórias de vida – sujeitas a indeterminações, ambiguidades e anomias – inscrevem-se em *tropografias reais*. A ideia de *tropos* remete justamente para situações de «liminaridade», um campo de possibilidades de «jogos malabares com os factores de existência» (Turner 1981: 118). É desta tensão entre *topos* e *tropos* que emergem significativas *brechas interetárias* caracterizadas por ambiguidades posicionais no curso de vida. Nelas um indivíduo já não é o que era mas também ainda não é o que será. Alguns dados do inquérito sinalizam essa tensão, bem reflectida na existência de *brechas interetárias* que dão lugar a gerações «ensanduichadas»



mas cujo empolamento, todavia, não estamos em condições de prognosticar. Elas têm sido razoavelmente estudadas no domínio das transições para a chamada vida adulta mas já irrompem, notoriamente, entre outras fases de vida. É bem possível que a tensão identificada – entre *topos societais* e *tropos biográficos* – se possa teorizar como uma *desritmia*. Em uma de suas aulas sobre *idiorritmia*,<sup>3</sup> Barthes (2003: 19) questionava a observação feita a partir da janela de sua casa: «De minha janela vejo uma mãe segurando o filho pequeno pela mão e empurrando o carrinho vazio à sua frente. Ela ia imperturbavelmente em seu passo, o garoto era puxado, sacudido, obrigado a correr o tempo todo, como um animal ou uma vítima chicoteada. Ela vai em seu ritmo, sem saber que o ritmo do garoto é outro». Com a sua descoberta, Barthes colocava em evidência as *desritmias*, isto é, os distúrbios provocados pela colisão de diferentes ritmos de andamento. Muitos são os jovens que, hoje em dia, passam por processos semelhantes de *desritmia* em relação tanto ao que deles se espera quanto ao que eles próprios esperam do futuro.

As idades aparecem estratificadas em função de determinados estatutos e papéis que lhe são atribuídos (Cavalli e Lalive d'Épinay 2008). Ou seja, com diferenças de pequena monta, os inquiridos estão de acordo quanto aos *timings* considerados mais apropriados para a assunção de determinados estatutos sociais. Deste modo, e como já foi dito, os respondentes não rejeitam a influência dos modelos tradicionais de cronologização das etapas do curso de vida. Comprova-se uma persistência dos marcos tradicionalmente valorizados na passagem de uma a outra fase de vida. No entanto, merece reflexão o debate em torno de um possível desajustamento entre a relativa standardização na forma como idealmente são representadas as fases de vida e a crescente desestruturação das trajectórias de vida. Para dar um exemplo, a massificação do ensino e o prolongamento das trajectórias escolares gerou uma consensualidade normativa em relação à escolaridade obrigatória. No entanto, o aumento das expectativas de realização profissional e de mobilidade social não impedem, muito pelo contrário, a frustração associada ao seu fracasso. Ou seja, as representações das fases de vida apontam para uma normatividade que, todavia, poderá colidir com a realidade vivida, provocando *desritmias* entre o idealizado e o realizado. A hipótese que se levanta é a de um possível *desajustamento* entre a relativa standardização na forma como idealmente são representadas as fases de vida e uma possível desestruturação

---

<sup>3</sup> O conceito é um composto cujas componentes, conjugadas, remetem para a ideia de um ritmo (*rhythmós*) próprio (*ídios*).



das trajectórias de vida. No curso de vida podem registar-se sérias dificuldades de alinhamento com as idades ideais, podendo originar-se uma crise que poderíamos denominar de *ansiedade de idade*, provocada por dificuldades de concretização de almejadas perspectivas de transição (Brannen e Nilson 2002: 513-537).

Não quer isto dizer que o sucesso seja refractário a cenários de indeterminações. Aliás, é neste terreno que as escolhas biográficas – relativamente libertas de tradicionais constrangimentos sociais – mais se afirmam, em sua plausibilidade. Como se sabe, as trajectórias de vida – principalmente entre os jovens – reflectem, na sociedade contemporânea, uma crescente propensão para buscas autónomas, inscritos em processos de individualização, onde a criatividade e experimentação têm lugar (Beck e Beck-Gernsheim 2002). No entanto, há quem não lide bem com as incertezas do futuro (Roche *et al.* 2004). Convém também distinguir entre *planos* e *caminhadas de vida*. As caminhadas de vida não são necessariamente uma sombra dos planos concebidos para essas caminhadas. Os planos de vida podem ir numa direcção e as caminhadas noutra. Seria importante desvendar quais os segmentos de população onde mais se verificará um distanciamento entre a forma como o futuro é planeado e os descaminhos que o inviabilizam. Algumas investigações sugerem que o *décalage* entre projectos de vida e itinerários reais é mais evidente entre jovens cuja percepção do curso de vida está mais orientada por padrões estandardizados (Brannen e Nilson 2002).

Enfim, podemos encarar as fases de vida como cartas de um jogo onde se jogam as biografias. Todo o jogo é normativo, tendendo a consertar a desordem do aleatório. Nos jogos de cartas, por exemplo, quando aleatoriamente nos vemos com um número determinado de cartas na mão o que fazemos? Procuramos reconstruir famílias de cartas, agrupando-as por naipes: copas, espadas, ouros, paus. Em cada família dispomos depois as cartas por uma ordem sequencial de acordo com o seu valor. No entanto, independentemente da perícia do jogador – que muito conta, naturalmente – o desfecho do jogo resulta da sorte e da perícia das jogadas realizadas por parceiros e adversários. Independentemente de o leitor poder fazer um grande jogo ou um desastrado jogo, o valor nominal das cartas não se altera; se um rei vier a ser cortado por um duque, investido no papel de trunfo (como no jogo da sueca), o rei não fica melindrado nem passa a valer menos no jogo seguinte. Tudo isto para dizer que as padronizações das fases de vida, embora socialmente reconhecidas, implicam um valor normativo que pode ser colocado em causa ou reacquirido pelas circunstâncias de vida.

Os tempos que vivemos são tempos de mudança, de rupturas, de descontinuidades, de incertezas. As normas que continuam a padronizar as etapas de vida coexistem com o reconhecimento da imprevisibilidade do curso da mesma. Uma vez os riscos criam oportunidades, outras vezes geram situações de impasse, tanto mais desconcertantes quanto é certo que a nível das representações sociais continuam a persistir normativas etárias, isto é, idades consideradas ideais para se darem determinados «passos» ao longo do curso de vida. Há uma incerteza em relação ao futuro, por vezes mesmo uma descrença. Esta dimensão de *risco*, também de incerteza, favorece formas regressivas de encerramento e evasão. Como sugere Bauman (2001), a fragmentação da experiência reclama portos de abrigo, âncoras de segurança que frequentemente surgem em refúgios de comunidade. Já Eisenstadt (1976: 32) alertava para o facto de entre as gerações se desenvolverem tensões em torno das quais se podem produzir «mecanismos de ajustamento» ou, pelo contrário, «grupos anormativos». Algumas culturas geracionais aparecem associadas a situações de *anomia* quando há descrença em relação ao futuro, quando necessidades essenciais de segurança e auto-estima não se satisfazem ou, ainda, quando sentimentos de pertença identitária se fragilizam. Nesta ordem de ideias, constitui um desafio estimulante a oportunidade que nos surge de cruzar o estudo dos *Tempos da Vida* com o das *Percepções de Bem-Estar*.